

## **CAPÍTULO 13**

### **(Des)Caminhos do Debate sobre o Serviço Social Clínico: oposição ao projeto ético-político e incorporações da “nova razão neoliberal” no debate sobre o trabalho profissional\***

*José Rodolfo Santos da Silveira*

O capítulo apresenta parte dos resultados da pesquisa da tese intitulada *Desafios ao projeto ético-político do Serviço Social frente ao liquidacionismo conservador e ultraneoliberal no Brasil*, defendida no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGS-Uerj). Foram investigadas a retomada do debate sobre o Serviço Social clínico e as particularidades assumidas pela defesa atual dessa proposta, em contraposição ao debate coletivo realizado pela categoria dos assistentes sociais na década de 2000 (2002-2010). Esse debate culminou na Resolução CFESS nº 569/2010 (Conselho Federal de Serviço Social, 2010), que veda práticas terapêuticas associadas ao título de assistente social.

Considera-se que a defesa das práticas terapêuticas no âmbito da profissão aponta para a descaracterização do projeto profissional, denominado projeto ético-político; no entanto, isso não significa que os sujeitos que defendem tais práticas estejam conscientemente vinculados a projetos conservadores e/ou reacionários. Outrossim, é notória a confluência entre a militância “liquidacionista” de oposição ao projeto ético-político e a mobilização pela realização de práticas terapêuticas por assistentes sociais na atualidade.

Nesse sentido, a crítica anticapitalista do trabalho e das políticas sociais, tema deste livro, constitui requisito essencial para a construção

---

\* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.240-260

de propostas que conectem os dilemas contemporâneos do trabalho profissional em Serviço Social com as particularidades das relações sociais, subsumidas à forma capitalista, na atual quadra histórica. Ao pesquisar a propaganda atual do Serviço Social clínico no Brasil, assim como outras vertentes conservadoras e reacionárias na contemporaneidade, somamo-nos a um esforço coletivo necessário de investigação das relações entre a ofensiva burguesa sob o neoliberalismo e o crescimento de formas de conservadorismo reacionário e neofascismo.

A demanda crescente por técnicas de controle social e visões de mundo compatíveis com a racionalidade neoliberal, que possibilitou esse crescimento, ocorre no contexto de aprofundamento da “crise estrutural do capital” (Mészáros, 2011). Tal contexto expõe a impossibilidade do avanço progressivo do modo de produção capitalista sem as formas de depredação e aniquilação que lhe são próprias.

Pelo menos agora os limites absolutos da existência humana — tanto no plano militar como ecológico — têm de ser avaliados, não importa quão distorcidos e mistificadores sejam os dispositivos de aferição da contabilidade socioeconômica capitalista. Diante dos riscos de uma aniquilação nuclear, por um lado, e, por outro, de uma destruição irreversível do meio ambiente, tornou-se imperativo criar alternativas práticas e soluções cujo fracasso acaba sendo inevitável em virtude dos próprios limites do capital, os quais agora colidem com os limites da própria existência humana. (Mészáros, 2011, p. 57).

Nessa conjuntura de crise, na primeira década dos anos 2000 (2002-2010), discussões sobre o Serviço Social clínico foram bastante polêmicas na profissão e se expressaram em muitos espaços coletivos. Diversas iniciativas surgiram, envolvendo unidades de formação acadêmica (UFAs) do Serviço Social, profissionais em exercício e estudantes organizados nas entidades da profissão: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), Executiva

Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso) e o conjunto Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/Cress).

Como veremos, a retomada do debate na atualidade, proposta por sujeitos profissionais que divergem da posição coletiva do Serviço Social, não significa necessariamente uma continuidade da mobilização anterior e tampouco defende os mesmos pressupostos teórico-metodológicos e ético-políticos que guiaram o debate. A hipótese apresentada no presente capítulo é de que há mudanças substantivas tanto nos argumentos utilizados para a defesa da prática clínica quanto em sua relação com o projeto profissional ético-político do Serviço Social e sua vinculação aos projetos societários em disputa na sociedade brasileira, ainda que alguns profissionais tenham participado dos dois momentos. O exame das distinções entre a defesa atual do Serviço Social clínico e o debate pregresso na profissão só pode ser bem-sucedido ao investigar as relações desses sujeitos profissionais com a proposta liquidacionista de oposição ao projeto ético-político.

O campo que denominamos “liquidacionista” na disputa por projetos profissionais é diverso, abarcando sujeitos mais alinhados com o pensamento neoliberal e ultraneoliberal, conservadorismos religiosos e formas múltiplas de reacionarismo neofascista. Cabe salientar, no entanto, que os diferentes sujeitos compartilham uma postura muito próxima no que tange à defesa de medidas ultraneoliberais e à liquidação do projeto ético-político. (Silveira, 2024, p. 255).

A emergência dessas propostas profissionais está vinculada às respostas burguesas ao que a aporia mendeliana chamou de onda longa de tonalidade recessiva, iniciada a partir da década de 1970, e a seus rebatimentos ideopolíticos. Tais respostas materializaram-se na construção de uma ofensiva burguesa sobre as conquistas e a organização política das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Antunes (2009), sobre isso, demonstrou como as mudanças no mundo da produção impactaram a organização da *classe que vive do*

*trabalho*, pesquisando experiências emblemáticas ao redor do globo, entre elas a experiência da Inglaterra de Margaret Thatcher. A reestruturação produtiva, como expressão do neoliberalismo no mundo da produção capitalista, alterou profundamente a capacidade de resistência, sendo parte do sucesso da ofensiva burguesa diante de sua própria crise, atuando, assim, sobre a subjetividade da classe explorada.

A vigência do projeto neoliberal, com seus enormes significados na estruturação jurídico-política e ideológica, e o processo de *reestruturação produtiva do capital* acabaram acarretando enormes consequências no interior da classe trabalhadora inglesa. Pode-se destacar a ausência de regulamentação da força de trabalho, a amplíssima flexibilização do mercado de trabalho e a consequente precarização dos trabalhadores, *particularmente no que concerne aos seus direitos sociais*. (Antunes, 2009, p. 91).

A pesquisa sobre a crise capitalista e sua resposta neoliberal necessita ir além de sua expressão aparente na redefinição das políticas estatais e no discurso em defesa da redução dos gastos sociais. O período neoliberal é instaurador de uma racionalidade específica, um modo de ser que altera profundamente as relações sociais, econômicas e políticas na direção da descoletivização, inaugurando o que os autores Dardot e Laval (2016, p. 16) denominaram “nova razão neoliberal”. Segundo eles, essas mudanças transformaram profundamente as “formas de existência” e modificaram as “normas de vida nas sociedades ocidentais” e nas “sociedades que as seguem”.

Seguindo ainda a discussão realizada por Dardot e Laval (2016), observa-se que o crescimento de pseudociências, como programação neurolinguística e constelação familiar, está relacionado com o padrão ideocultural erguido sob a hegemonia do neoliberalismo. Esse padrão visa à “descoletivização” no trabalho coletivo e em todas as dimensões da vida social, promovendo o hiperindividualismo e fomentando a culpabilização e a autocobrança. Uma série de profissões, como *coach* e constelador, entre outras, são demandadas para propagar tais valores e instaurar o reino da autodisciplina.

Profissões consolidadas, como o Serviço Social, são convidadas a um redesenho à luz da “nova razão neoliberal”, modificando seus objetivos e metodologias. No campo do Serviço Social, temos sido relativamente exitosos em evitar o redesenho pretendido; no entanto, não passamos incólumes à conjuntura e somos constantemente tensionados. Poderemos perceber como a proposta de retomada do debate sobre o Serviço Social clínico, na contemporaneidade, relaciona-se com uma busca da adequação da profissão à “nova razão neoliberal”.

Para compreender esse quadro, a análise sobre o neoliberalismo deve, em primeiro lugar, negar a separação entre técnica e política. A ponderação teórico-metodológica aqui expressa é central para ler os resultados de pesquisa apresentados neste capítulo. A dissociação entre técnica e política, ao tratar dos dilemas profissionais do Serviço Social, pode ser fatal para uma análise crítica e dialética da realidade, bem como para os compromissos ético-políticos atinentes ao projeto profissional ora hegemônico no Serviço Social.

A crítica da política é também uma crítica à sociedade burguesa e aos imperativos da valorização do valor, assim como a crítica econômica da sociedade burguesa leva à compreensão dos limites cada vez mais restritos impostos aos oprimidos e explorados sob o capitalismo. Tal observação metodológica é central para a produção de análises que considerem a realidade a partir das contradições que a movem.

Há uma referência liberal que atribui a Marx uma postura economicista avessa à política, mas Wood contrapõe essa alegação, pois:

A própria estrutura do argumento sugere que, para Marx, o segredo último da produção capitalista é político. O que radicalmente distingue sua análise da economia política clássica é que ela não cria descontinuidades nítidas entre esfera econômica e política; e ele consegue identificar as continuidades porque trata a própria economia não como uma rede de forças incorpóreas, mas, assim como a esfera política, como conjunto de relações sociais. (Wood, 2010, p. 28).

Essa observação é primorosa para a problematização do debate técnico-político do neoliberalismo. Afinal, suas propostas de descoletivização, desmontando as possibilidades de resistência coletiva à ofensiva da burguesia diante de sua crise, fomentam enormes ataques aos trabalhadores, instaurando com maestria formas de controle e intensificação do trabalho, mas sobretudo impactando a edificação engenhosa de um “sujeito neoliberal”, adequado às necessidades de reprodução do grande capital.

Como subprodutos do profundo relativismo e agnosticismo que engendram, tanto produzem fenômenos de “desdemocratização” (Dardot; Laval, 2016) quanto propiciam o crescimento de múltiplos irracionalismos.

Dardot e Laval, utilizando o conceito foucaultiano de “governamentalidade”, expõem as mudanças ocorridas com a vitória do neoliberalismo na sociedade burguesa, que indicam a construção de novos mecanismos de disputa de hegemonia. Os autores demonstram haver, no período neoliberal, a intensificação de “técnicas de poder inéditas sobre as condutas e subjetividades” (2016, p.21). É importante destacar que a análise das referidas técnicas de poder não pode prescindir de outros aspectos que conformam o neoliberalismo, sob o risco de aprisionar-se em uma leitura idealista.

Na mesma direção, Brown (2020) situa, na dinâmica instaurada pelo “neoliberalismo realmente existente”, a promoção da antipolítica, como elemento estruturante das visões de mundo propaladas pela extrema direita. Além disso, denuncia o caráter antidemocrático imanente ao neoliberalismo. O Serviço Social brasileiro, por sua vez, nas últimas décadas, vem desvelando como a aparência tecnicista e ascética do neoliberalismo oculta seu caráter como ideologia conservadora. Contudo, há importantes inflexões no interior do neoliberalismo ao longo das últimas cinco décadas, respondendo a necessidades sociais, econômicas e políticas do grande capital. Tais mudanças possibilitaram a organização de setores conservadores e reacionários, que defendem abertamente a proposta de radicalização neoliberal, inclusive no interior de nossa profissão (Silveira, 2024).

A grande explosão de movimentos conservadores reacionários nos últimos anos alcançou diversas latitudes do globo e conformou características específicas em cada formação econômico-social, a depender das particularidades de cada país. O crescimento do reacionarismo como movimento de massas, muitas vezes neofascista, é um processo internacional.

Compreendemos o bolsonarismo, no Brasil, como parte desse movimento internacional. Ele se constituiu como um movimento de massas reacionário com tendência neofascista. Cabe, entretanto, repetir a ressalva realizada por Renton (2024) na análise do fascismo, para não se perder o foco da análise do conservadorismo reacionário atual.

O fascismo é uma ideologia reacionária. O termo reacionário aqui não é usado para significar que essa vertente buscava reverter todo o curso da história, embora houvesse um sentido em que ele buscasse retorno ao passado. O fascismo era reacionário porque tinha como objetivo esmagar a classe trabalhadora organizada e erradicar as reformas conquistadas por décadas de luta pacífica. Essa ideologia não existia para restaurar um idílio rural, mas para resolver o problema da hostilidade da classe trabalhadora em relação ao capitalismo (Renton, 2024, p. 209-210).

Na sociedade brasileira, a partir do golpe parlamentar de 2016 - que depôs a Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) - e da posterior prisão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), há um incremento de segmentos reacionários *pari passu* com retrocessos sociais e políticos na institucionalidade do Estado. Destacam-se a reforma da Previdência, a reforma trabalhista e a proposta de emenda à Constituição (PEC) do teto de gastos como medidas mais significativas. Houve um vultoso crescimento de movimentos reacionários na sociedade brasileira, possibilitando a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, ainda que tenha sido necessária a suspensão de importantes liberdades democráticas com o golpe que derrubou Dilma e com a prisão de Lula.

Hegemonicamente, o segmento de profissionais partidários do Serviço Social clínico, na atualidade, é simpático à liquidação do projeto ético-político e compõe, juntamente com outros sujeitos, um campo mais amplo em torno da defesa de um projeto profissional conservador e/ou reacionário para o Serviço Social. Incorpora uma crítica frontal aos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que sustentam o projeto profissional crítico no Serviço Social, ainda que a discussão sobre práticas terapêuticas seja apresentada como debate técnico-operativo. Isso posto, urge adensar pesquisas que elucidem as múltiplas determinações que incidem na retomada e reconfiguração do debate sobre o Serviço Social clínico no país.

Antes de apresentarmos as características atuais da defesa do Serviço Social clínico na atualidade, é necessário um breve resgate do acúmulo coletivo sobre o tema na categoria profissional nas últimas décadas. Após a provocação de setores da categoria profissional, no período entre 2002 e 2010, a profissão realizou debates intensos sobre o assim chamado “Serviço Social clínico”, por meio do conjunto CFESS/Cress, da Abepss e da Enesso. O tema foi debatido entre os representantes da categoria nos encontros nacionais do conjunto CFESS/Cress e com a participação do movimento estudantil e das UFAs. A primeira deliberação sobre o tema no âmbito do conjunto CFESS/Cress data de 2002, no encontro nacional do conjunto, quando foi aprovada a seguinte deliberação:

Avançar a discussão no conjunto CFESS/CRESS, juntamente com a ABEPSS e ENESSO, sobre a temática do Serviço Social Clínico, tendo em vista a responsabilidade das entidades com a defesa do Projeto ético-político, ampliando a discussão com os profissionais. (Conselho Federal de Serviço Social, 2010, p. 2).

A UERJ sediou, em 2004, um importante seminário para discussão sobre o tema. Organizados pelo Cress da 7ª Região/RJ, em parceria com a Uerj, os debates foram posteriormente publicados na revista *Em Foco*, do Cress/RJ (Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro, 2009). Como um primeiro acúmulo conclusivo do



conjunto CFESS/Cress, foi publicado o documento *Serviço Social e reflexões críticas sobre práticas terapêuticas* (Conselho Federal de Serviço Social, 2010). O documento em questão faz um resgate do debate até aquele momento e faz referência às discussões realizadas pela categoria e à publicação elaborada pelo CFESS em conjunto com os Cress: *Práticas terapêuticas no âmbito do Serviço Social: subsídios para aprofundamento do estudo* (CFESS, 2009).

Essa publicação embasou a deliberação do conselho e é um importante registro das experiências e da fundamentação teórica daqueles que reivindicavam o Serviço Social clínico naquele período.

Assim, em nosso entendimento, não procedem os argumentos que defendem práticas terapêuticas como “técnicas ou instrumentos” que sempre fizeram parte da história da profissão e, por isso, devem ser reconhecidas como competências profissionais. É certo que ações de teor psicologizante marcaram os primórdios da profissão. Mas é certo, igualmente, que nos afastamos substancialmente dessa vertente, e que a realização de terapias não integra nem a fundamentação teórica contemporânea da profissão e nem suas diretivas legais. (Conselho Federal de Serviço Social, 2010, p. 5).

A defesa do Serviço Social clínico, na atualidade, assim como no debate anteriormente realizado, localiza a polêmica no campo da dimensão técnico-operativa, equalizando-a a uma discussão sobre a aplicação de instrumentos no trabalho profissional do Serviço Social. A esse respeito, Guerra (2022) aponta que a maior parte das polêmicas no trabalho profissional na arena técnico-operativa guarda, na verdade, polêmicas teórico-metodológicas.

Para compreender melhor as características da propaganda atual em torno do Serviço Social clínico, suas propostas e posicionamentos em face dos projetos profissionais no Serviço Social, utilizou-se como uma das fontes de informação as publicações em redes sociais da Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (SOBSSC). Na descrição da página da SOBSSC na rede social *Facebook*,

constam como objetivos: “estímulo da pesquisa e aprofundamento do conhecimento científico profissional para atualização, defesa e desenvolvimento do Serviço Social Clínico, como uma especialização do Serviço Social no Brasil” (Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico, 2020). Para efeito da pesquisa, foi realizada a categorização das postagens da SOBSSC em sua página do *Facebook* no período de 2018 a 2022.

**Tabela 1** – Categorização das postagens da Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico em sua página do *Facebook*. Brasil, 2018 a 2022

<b>Categorias de análise</b>	<b>Quantidade identificada (n)</b>	<b>Percentual (%)</b>
<i>Lives</i> , cursos e seminários	40	49,38
Agradecimentos, felicitações e logomarcas	10	12,35
Encontro Brasileiro de Serviço Social Clínico (Enbrassc)	9	11,11
Instituições internacionais de trabalho social clínico	6	7,41
Cinco mitos sobre o Serviço Social clínico	5	6,17
Carta de Toledo	5	6,17
Abaixo-assinado contra a Resolução CFESS nº 569/2010	2	2,47
Divulgação de conteúdo teórico	2	2,47
Convite para a defesa de trabalho de conclusão de curso (TCC)	1	1,23
Nota sobre invalidação da Resolução CFESS nº 550/2009 – depoimento sem danos	1	1,23
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Silveira, 2022.

Como podemos ver pela Tabela 1, há um constante apelo ao alinhamento do projeto profissional do Serviço Social no Brasil com experiências internacionais relativas ao Serviço Social clínico. Exemplo desse tipo de apelo está na denúncia pública, realizada em 16 de março de 2021, dirigida ao conjunto CFESS/Cress, por não incorporar a

divulgação da campanha do Dia Mundial do Assistente Social da Federação Internacional de Assistentes Sociais (Fits).

[...], no entanto, vemos pouca ou quase nenhuma divulgação, e nem o aprofundamento da agenda global da FITS, talvez seja porque a temática não atenda ao “senso comum” do Serviço Social brasileiro, pois não é progressista e nem alimenta a ideologia —política-partidária-identitária [sic] — corporativista que impera em nosso país. (Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico, 2022).

É possível depreender do trecho uma identidade com a orientação “liquidacionista” em relação ao projeto ético-político, utilizando métodos similares a outros setores do conservadorismo reacionário em sua cruzada contra a educação crítica, acusada de ser doutrinária ou partidária.

Na página da SOBSSC, aparecem articulações internacionais dessa entidade com o setor que se organiza em institutos de Serviço Social clínico em outros países. O mais frequente é o Instituto Chileno de Trabajo Social Clínico (ICTSC), mas também é mencionado o Instituto Español de Trabajo Social Clínico (IETSC). A partir dessas articulações, ocorre a participação do presidente da SOBSSC, professor doutor Edson Marques Oliveira, no comitê editorial da revista do ICTSC (Oliveira, 2020).

O referido professor expôs suas principais influências teóricas, sua formação como *coach* e sua trajetória profissional; relatou a existência da Resolução CFESS nº 569/2010 e sua indignação contra ela; denunciou que assistentes sociais seriam ameaçados por discordar dessa vertente, no Brasil; relatou a existência do debate sobre Serviço Social clínico registrado na revista.

No panorama apresentado, ocorre uma verdadeira operação “revisionista” (Melo, 2013), recontando a história recente da profissão de modo dirigido às finalidades pretendidas, ignorando métodos consagrados de pesquisa histórica e descompromissada com a busca da verdade histórica (Netto, 2016).

Certa negação da possibilidade de buscar a verdade histórica, relativismo radical e agnosticismo atroz são características do irracionalismo pós-moderno hegemônico nas ciências sociais particulares e na maior parte do mundo acadêmico, e que também assumem *status* de senso comum, principalmente pela ação ideológica de *think tanks* burgueses.

Segundo essa versão lateralizada da história, os pressupostos para rejeitar o Serviço Social clínico no Brasil são “meramente político-ideológicos”, esvaziando, assim, o profundo acúmulo de nossa categoria profissional na direção da indissociabilidade entre técnica e política no âmbito profissional, como em qualquer âmbito da vida social. Há um apelo à despolitização, e percebe-se uma ausência das reais razões que respaldam a vedação de vincular o título de assistente social à realização de práticas terapêuticas relacionadas com as competências e atribuições profissionais dos assistentes sociais no Brasil e sua incompatibilidade com a adoção de tais práticas.

Sobre os debates realizados no Brasil, o autor reconhece que eles existiram, mas, que teriam desconsiderado a história da profissão e o recente cenário internacional. Ainda de acordo com o autor, os especialistas não eram ouvidos. Todos os espaços estariam “dominados pela lógica marxista”, que operaria para proibir o Serviço Social clínico (Oliveira, 2020).

Assim, haveria uma “intimidação pela hegemonia”, que tentaria impedir o debate. A SOBSSC teria nascido da resistência a essa hegemonia. Tal narrativa é muito semelhante a narrativas da extrema direita, que, apesar de defender com afincos o *status quo*, apressa-se a se apresentar como sujeitos perseguidos em função de seu posicionamento político. O que os setores conservadores denominam ditadura do politicamente correto (Scruton, 2019) é transposto para a discussão sobre projetos profissionais.

Na mesma direção, no livro de Oliveira (2022), aparece uma referência à Resolução CFESS nº 554/2009 (Conselho Federal de Serviço Social, 2009), que veda a atuação de assistentes sociais na realização de “depoimentos especiais” no âmbito do Judiciário. Essa

resolução foi anulada pelo Judiciário, e o autor diz esperar a mesma providência em relação à Resolução CFESS nº 569/2010, que impede a realização de práticas terapêuticas sob o título de assistente social. Há uma expectativa de rever a posição da categoria sobre as práticas terapêuticas por meio de uma intervenção externa, do Judiciário, que impeça a plena realização da vontade de assistentes sociais, organizada pelas entidades da profissão.

Uma das *lives* citadas teve como tema na tabela 1 “Alternativas de mudanças e gestão na carreira profissional do assistente social” (Nunes, 2021). Participam, além do professor Edson Marques Oliveira, assistentes sociais convidadas. A descrição da atividade no canal da SOBSSC no YouTube é bem elucidativa das relações com o “liquidacionismo” do projeto ético-político, que motiva nossa pesquisa.

Comunidade de Aprendizado Serviço Social Disruptivo: Desemprego, Desvalorização, Falta de Perspectiva, Muita Ideologia, Pouca Instrumentalidade, Espaços Ocupacionais Restritos, Como Enfrentar Essas e Outras Questões. (Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico, 2022).

A insistência na dimensão técnico-operativa aparece vulgarizada pela expressão “pouca instrumentalidade”. É importante ressaltar que a instrumentalidade, no trecho citado, aparece como sinônimo da utilização de instrumentos, nada mais descolado do debate proposto por Guerra (2022), que jogou luz sobre os debates acerca da instrumentalidade.

A “instrumentalidade” não se refere à escolha ou à habilidade de utilizar instrumentos. Ao contrário, a categoria instrumentalidade está justamente preocupada com as conexões entre meios e finalidades, e estrutura-se no debate profissional como uma crítica ao pragmatismo, ao tecnicismo e à racionalidade instrumental, largamente hegemônica na sociedade burguesa (Guerra, 2022).

Destaca-se, mais uma vez, o tratamento da proposta do Serviço Social clínico como debate circunscrito à utilização de “instrumentos”

para atuação profissional. Outro destaque refere-se à utilização de técnicas de *coach* e programação neurolinguística, características das “técnicas de controle” tematizadas por Dardot e Laval (2016).

A busca de “ferramentas” para o trabalho profissional aparece na fala de outra palestrante (Nunes, 2021), que relata que sua formação ajuda muito a compreender a realidade, mas que necessitou de ferramentas para sua complementação. A primeira ferramenta teria sido uma formação para “dinâmicas de grupo”. Depois disso, as mudanças de inserção profissional levaram-na a buscar outros conhecimentos (Nunes, 2021).

A prática vai levando a gente. A implementação da nossa própria formação, e a gente tem que reelaborar conhecimentos. E a base que a gente recebe é fundamental para conseguirmos fazer o olhar: que ferramenta é essa com a qual a gente vai trabalhar. (Nunes, 2021).

No trecho da fala transcrita, é possível perceber uma distinção em relação à posição plenamente liquidacionista, apontando para uma virtual compatibilidade entre as técnicas utilizadas e a formação profissional orientada para o projeto ético-político. Configura-se o que Netto (2016) denominou “pluralismo sem fronteiras”, que seria, na verdade, um “liberalismo sem limites”, que permitiria uma referência somente ritual ao projeto ético-político, rejeitando os pressupostos teórico-metodológicos que sustentam esse projeto profissional.

Outro destaque diz respeito a uma suposta relevância do pensamento de Bert Hellinger para a compreensão do tema “família”. A palestrante afirma veementemente que os profissionais que trabalham com famílias na assistência social conheceriam a contribuição do autor. Assim, aparentemente, um dos instrumentais para trabalhar com famílias seria legatário da metodologia proposta por Hellinger. O referido autor é o inventor das metodologias de “constelação familiar sistêmica”, atualmente reconhecida como prática integrativa no Sistema Único de Saúde (SUS), mas que desencadeou uma série de polêmicas.

Hellinger, um ex-padre alemão, baseou seu método em noções questionáveis como “telepatia” e “interconexão genética entre membros da família” (Baima, 2022). Baima (2022), em texto sobre audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, transcreve parte das discussões realizadas sobre o tema. Segue um trecho da fala do psicólogo Daniel Gontijo, “um dos fundadores da Associação Brasileira de Psicologia baseada em evidências”:

Os métodos e influências teóricas da Constelação Familiar são pouco confiáveis do ponto de vista científico”, prosseguiu. Exemplificando com a perspectiva do Bert Hellinger, ele parte de bases teóricas que já são cientificamente problemáticas, como a programação neurolinguística (PNL), análise transacional e a terapia primal. São disciplinas que não têm credibilidade científica, evidências robustas de que funcionam. Além disso, usava suas intuições em *insights* para poder elaborar ou especular como as coisas funcionam, o que não é um método confiável na ciência. Alega ter efetuado muitas descobertas, mas em seus livros não descreve como chegou a elas, ou, quando menciona, não se referir a nenhum estudo científico baseado em evidências. (Gontijo *apud* Baima, 2022).

Percebe-se uma significativa diferença na orientação do arcabouço teórico utilizado pela militância em torno do Serviço Social clínico, se comparada às práticas terapêuticas identificadas pelo conjunto CFESS/Cress na elaboração do documento: “Práticas terapêuticas no âmbito do Serviço Social: subsídios para aprofundamento do estudo” (Conselho Federal de Serviço Social, 2009). As pseudociências assumem o lugar antes ocupado pela terapia de família ou pela psicanálise naquela conjuntura.

Ante a evidência cabal da existência de debates democráticos no interior de nossa categoria profissional, Oliveira (2022), em seu livro *Serviço Social clínico no Brasil do século XXI*, acusa os debates acalorados no interior da profissão de não serem receptivos a outras leituras e vertentes teóricas. Segundo o autor, haveria uma força coercitiva que

garantiria a hegemonia da direção social atual da profissão, ignorando os elementos de organização de nossa categoria profissional.

Oliveira (2022) também retoma em seu livro muitos debates aqui apresentados e já identificados na ocasião da pesquisa. Reitera que os debates na profissão seriam efetuados sem o lado contraditório e postula que o Serviço Social de casos e o Serviço Social individual guardariam linha de continuidade com o Serviço Social clínico. Reforça as diferenças teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas do Brasil em relação ao Serviço Social no mundo e em relação ao Serviço Social clínico.

A confusão entre totalidade e totalitarismo, comum no último quartel do século passado, é repetida, em uma típica operação revisionista. Sem muitas mediações, iguala comunismo e fascismo, normalizando o último e reforçando perspectivas anticomunistas. Brown (2020) ajuda a entender isso quando demonstra como, na formulação do pensamento de Hayek, já apareceriam aspectos antidemocráticos crescentes.

Em Hayek, o “oposto da democracia é o autoritarismo” e o oposto do liberalismo seria o totalitarismo (Brown, 2020, p. 88). A radicalização de sua defesa da “ordem espontânea” e do mercado propiciou ao pensamento neoliberal erguer uma crítica à democracia que embasa contemporaneamente diversas formas antidemocráticas.

Oliveira (2022) faz referência às pautas anti-LGBTfóbicas, entre outras, e escreve serem movimentos legítimos. Contudo, isso não é coerente com sua publicação anterior (Oliveira, 2019), cujo item destinado ao combate do que denomina “politicamente correto” no debate de gênero chama-se “sobre laranjas e bananas”, em alusão transfóbica e partindo de um ponto de vista falsamente biologicista.

[...] essa questão da novilíngua é um processo de aceleração da mentalidade de intelectuais e estudantes sendo ignorantes letrados, e até hiperletrados, favorecendo o aprofundamento de um espaço de pós-verdade sem precedentes em nossos dias, onde questões elementares e lógicas são “desconstruídas” por ideias que não têm solidez e sensatez, *como a ideologia de gênero, que*



*diz que a sexualidade é definida pela sociabilidade e não pela biologia. O que não encontra lógica nem muito menos base científica, equivalendo a dizer que dois mais dois pode ser 10, 23 ou 49, ou quero fazer suco de laranja usando banana. (Oliveira, 2019, p. 43, grifo nosso).*

A suposta relação do projeto ético-político com a limitação de espaços de trabalho aparece em Oliveira (2022) vinculada a uma necessidade de modernização, adequando-se às necessidades do mercado, o que apontaria justamente para a adaptação da profissão à “nova razão neoliberal”.

Outro elemento reiterado no livro de Oliveira (2022) são as denúncias de doutrinação, com fotos, citações e acusações realizadas de modo aparentemente disruptivo. Apesar de as palavras técnico e instrumental aparecerem recorrentemente, tentando equiparar a discussão sobre Serviço Social clínico a uma polêmica exclusivamente técnico-operativa, o posicionamento subjacente diz respeito à crítica da perspectiva teórico-metodológica marxista e suas incidências no Serviço Social. O autor não esconde as relações entre a retomada do debate do Serviço Social clínico e uma postura de oposição ao projeto ético-político do Serviço Social e de defesa de sua liquidação.

Esta questão remete a um dos principais problemas do Serviço Social brasileiro, uma visão puramente ideológica-política-partidária-identitária-corporativista [sic] que, de forma orgânica, mecanicista, determinista e reducionista, aplica a visão crítica em Marx, com suas várias derivações, equivocadamente, levando o Serviço Social a se afastar dos parâmetros científicos e profissionais e se transformar numa ação reduzida à militância ideológica-política-partidária-identitária-corporativista [sic] [...]. (Oliveira, 2022, s/p).

Na esteira da estratégia de segmentos conservadores, reacionários e neofascistas de denúncia da doutrinação comunista, os segmentos liquidacionistas constituem, nas discussões sobre Serviço Social clínico, um posto avançado para a disputa de projetos

profissionais, indicando a revisão de todo o compromisso ético-político com segmentos oprimidos e explorados, em detrimento do atendimento de novas necessidades de mercado. Tratam o Serviço Social clínico como mera “especialização das intervenções sociais” (Oliveira, 2022) e retiram o caráter transformador do trabalho profissional, em detrimento de uma visão “técnica”, “instrumental”, ou de outro adjetivo repetido à exaustão nas publicações dos defensores do Serviço Social clínico, se apontarem para o pragmatismo e a reiteração.

Diante dos enormes desafios de uma conjuntura com amplo crescimento do conservadorismo reacionário na sociedade brasileira, é extremamente importante pensar suas particularizações no campo das disputas por projetos profissionais no Serviço Social. Calcado no tão rechaçado método crítico e dialético e na cientificidade que lhe é atinente, podem-se apreender múltiplas determinações, que não se revelam por sua aparência, sem aporte teórico, desvelando o movimento do real. Essa apreensão é elemento central para o trabalho profissional dos assistentes sociais.

Na direção da plena emancipação, cabe rejeitar o conservadorismo reacionário, que recentemente se arvora em disputar projetos profissionais no Serviço Social, assim como perspectivas conservadoras e irracionalistas, que se apresentam como polêmica técnico-operativa, como o Serviço Social Clínico, mas são profundamente relacionadas com a negação do projeto ético-político profissional do Serviço Social e seus fundamentos teórico-metodológicos.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BAIMA, César. Desmontando as falácias pseudocientíficas da constelação familiar. *Revista Questão de Ciência*, 26 mar. 2022. Disponível em: <https://www.revistaquestaoodeciencia.com.br/questao-de-fato/2022/03/26/surra-de-logica-em-falacias-pseudocientificas-0>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia, 2020.

CFESS-CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Práticas terapêuticas no âmbito do serviço social: subsídios para aprofundamento do estudo*. Brasília, DF: CFESS, 2009. Disponível em: [https://cfess.org.br/arquivos/Resolucao\\_CFESS\\_554-2009.pdf](https://cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_554-2009.pdf). Acesso em: 27 mar. 2025.

CFESS-CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução nº 554/2009*. Dispõe sobre o não reconhecimento da inquirição das vítimas crianças e adolescentes no processo judicial, sob a metodologia do Depoimento Sem Dano (DSD), como sendo atribuição ou competência do profissional assistente social. Brasília, DF: CFESS, 2009. Disponível em: [https://cfess.org.br/arquivos/Resolucao\\_CFESS\\_554-2009.pdf](https://cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_554-2009.pdf). Acesso em: 27 mar. 2025.

CFESS-CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução nº 569/2010*. Dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. Brasília, DF: CFESS, 2010. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/legislacao/view/474/resolucao-n-5692010>. Acesso em: 27 mar. 2025.

CFESS-CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Serviço Social e reflexões críticas sobre práticas terapêuticas*. Brasília, DF: CFESS, 2010.

CFESS-CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO. Apresentação. *Em Foco*, Rio de Janeiro: Cress/RJ, n. 6, out. 2009.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

GUERRA, Yolanda. Racionalidades e Serviço Social: o acervo técnico-instrumental em questão. In: SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila.; GUERRA, Yolanda. (org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2022.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico. *Revista Marx e o Marxismo*, v. 1, n. 1. Niterói: UFF, 2013.

MÉSZÁROS, Istvan. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

NETTO, José Paulo. Por uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016. cap. 1, p. 49-76.

NUNES, M. *Alternativas de mudanças e gestão na carreira profissional do assistente social*. YouTube: Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico, 26 jul. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eVISEEzhjAQ>. Acesso em: 28 mar. 2025.

OLIVEIRA, Edson Marques de. *Serviço Social clínico no Brasil do século XXI: oito mitos e falácias + uma proposta*. Maringá: Viseu, 2022. Disponível em: <https://www.amazon.com.br>. Acesso em: 27 mar. 2025.

OLIVEIRA, Edson Marques de. *Serviço Social para corajosos: entre falácias, mitos e realidade, carne e osso*. Maringá: Viseu, 2019.

OLIVEIRA, Edson Marques de. *Webinar: trabalho social clínico: novos horizontes para América Latina, el Caribe y Europa*. YouTube: Instituto Chileno de Trabajo Social Clínico, 16 dez. 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=YA\\_07oME2xk](https://www.youtube.com/watch?v=YA_07oME2xk). Acesso em: 28 mar. 2025.

RENTON, David. *Fascismo: história e teoria*. São Paulo: Usina Editorial, 2024.

SCRUTON, Roger. *Como ser um conservador*. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SILVEIRA, José Rodolfo S. da. *Projeto ético-político do Serviço Social frente ao liquidacionismo conservador e ultraneoliberal no Brasil*. Tese de Doutorado em Serviço Social. PPGSS/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SILVEIRA, José Rodolfo S. da. (Ultra)neoliberalismo, conservadorismo reacionário e liquidacionismo de oposição ao projeto ético-político do Serviço Social. In: GAMA, Andréa de Sousa; MATOS, Maurílio Castro de. *50 anos de neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Mórula, 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO. Facebook. 2022. Disponível em: [facebook.com/ssclinico](https://facebook.com/ssclinico). Acesso em: 22 dez. 2022.

WOOD, Ellen. M. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.